

História e Memória da Escravidão e Pós Emancipação nas Comunidades Negras
Rurais Quilombolas de Matinha dos Pretos e Fazenda Candéal
(Feira de Santana/BA 1854-1945)

Railma dos Santos Souza¹

Esta pesquisa busca compreender o processo de formação das comunidades quilombolas de Candéal e Matinha, (esta última reconhecida pela Fundação Palmares), localizadas no distrito de Matinha, no município de Feira de Santana/BA. Utilizamos para isso documentação proveniente de acervos do Judiciário, Cartoriais e entrevistas realizadas com moradores/as da região. A partir da metodologia da ligação nominativa identificamos alguns aspectos das trajetórias de escravizados/as da Fazenda Candéal até o pós emancipação. A exemplo das trajetórias de três cativas arroladas em um inventário do ano de 1882, cujos nomes, agora com sobrenomes, aparecem em um testamento do ano de 1920 como mães de filhos naturais do seu ex-senhor, o tenente-coronel Antônio Alves. Identificamos ainda uma ação de usucapião, na qual um dos filhos de uma dessas mulheres reivindica a propriedade de terras na região, que afirma terem sido deixadas pelo seu pai.

A atual comunidade de Candéal possui o mesmo nome e provável território da Fazenda Candéal. Seus moradores/as ao serem questionados acerca da existência de escravidão na região confirmam com tranquilidade, porém quando questionados/as sobre a sua relação com esta negam com veemência e afirmam que a história das suas famílias é de trabalho. Ao serem questionados/as acerca do território onde moram, muitos dizem que inicialmente eram rendeiros das terras que pertenciam a Arthur Alves, filho natural de Antônio Alves, e que depois conquistaram a propriedade legal das terras, após terem a posse da terra questionada juridicamente em um conflito em 1967 onde ocorreram morte e prisões de moradores da localidade.

¹Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Discente do Curso de Especialização em Educação e Relações Raciais do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira da Universidade Federal Fluminense (PENESB-UFF). Discente do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela UFRB, onde desenvolve o trabalho de título: *História e Memória Quilombola: presença negra em Matinha e Candéal (Feira de Santana/BA 1854-1945)* sob orientação da Prof.^a Dr.^a Rosy de Oliveira. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

Matinha e Candéal possuem significativos laços de parentesco, muitos moradores/as da Matinha são filhos de moradores/as do Candéal e/ou possuem suas roças no Candéal. Segundo a memória de velhos/as da região, a Matinha surge a partir da fuga de escravizados/as da Fazenda Candéal para uma mata pequena, densa e fechada, daí o nome de Matinha dos Pretos pelo qual é conhecida a comunidade. Já a memória recente remete a sua fundação ao fincamento de um cruzeiro no local onde é a sede do distrito por ocasião de uma epidemia de peste bubônica na localidade de Jacu, na região e a realização de uma promessa à São Roque, hoje seu padroeiro, por uma moradora que doou as terras em torno do cruzeiro, onde depois foi construída a igreja da comunidade além de algumas casas. Portanto, buscamos aqui compreender os processos históricos em torno da formação destas comunidades, as relações de parentesco entre as duas comunidades e a configuração da posse da terra na região, pensando a partir do processo de consolidação do um campesinato negro na região ao longo do século XX com base nas trajetórias de egressos/as do cativo na região.

Cotidiano escravista na Fazenda Candéal

“Era ele que era o chefe. O dono dos escravos”

Sr. João Miúdo (26/11/2011)

Na memória dos moradores da região, acerca da Fazenda Candéal, emergem narrativas sobre aspectos de resistência ao sistema escravista como colocar cobras dentro das botas, sob as camas, colchões e cobertas de seus senhores; ou fugindo e escondendo-se numa área de mata cerrada e pequena, a matinha, daí a provável origem do nome Matinha dos Pretos (NASCIMENTO, 1997). Assim, segundo a memória local, foi formado um quilombo na localidade, denominado à época de “matinha dos pretos” por estar localizado em uma área de mata densa, porém pequena. Desse modo, segundo a tradição oral da região, a formação da comunidade de Matinha remonta ao período da escravidão e à sua resistência.

A atual comunidade de Fazenda Candéal, subdividida em I e II, faz parte do distrito de Matinha e compreende a região em que, segundo os moradores mais velhos,

foram as terras antes pertencentes a Antônio Alves de Freitas Borja e aos seus herdeiros legítimos e naturais.

Eurico Alves, um famoso memorialista de Feira de Santana, evidencia o “prestígio social” do qual gozava o proprietário da “Casa-da-fazenda” Candéal, possivelmente uma grande propriedade, e que se traduzia no domínio e apropriação por parte da tradicional família Alves sobre aquele território. O memorialista evidencia assim a imponência do tenente-coronel Antônio Alves, temido pelos moradores da região e considerado por alguns dos entrevistados como um homem mal, proprietário de escravos. Conforme enfatiza, o Sr. João Miúdo²: “Era. Era como é que disse... Era ele que era o chefe. O dono dos escravos. Era rico. Era aquilo que ele fizesse. Por exemplo, se tivesse um cara que matasse e entrasse na fazenda dele ninguém tirava não.”

Os/as entrevistados/as mais velhos/as referem-se a Arthur Alves, filho natural do tenente-coronel Antônio Alves³, como o antigo proprietário das terras onde moram, ou ainda Manoel Portugal, protagonista de uma disputa pela posse das terras da região na década de 1960 e que aparece como testamenteiro de Antônio Alves em seu testamento do ano de 1920. Os moradores afirmam que eram arrendatários de Arthur Alves e que pagavam anualmente pelo uso da terra.

Alguns moradores da comunidade de Candéal, por mim entrevistados, homens e mulheres, declararam não serem nascidos na localidade e terem ido morar lá na condição de arrendatários⁴ de Arthur Alves. Outros simplesmente declararam que sempre viveram naquela terra, desde que nasceram o que nos dá indícios da permanência na terra por parte de egressos/as do cativeiro na região.

Já os moradores da comunidade de Matinha, quando não tinham parentes na comunidade de Candéal, afirmavam não saber informações sobre a existência da Fazenda Candéal, ou mesmo sobre Antônio Alves. Assim, podemos perceber que é evidente na memória dos/as moradores/as a existência de escravidão na região e de uma relação pouco amistosa entre o proprietário da Fazenda Candéal e os trabalhadores escravizados.

² João Lima Fonseca, morador da comunidade de Candéal. Já falecido, com de 93 anos à época da entrevista a mim concedida, em 26/11/2011.

³ Conforme testamento realizado por Antônio Alves em 1920. Disponível no CEDOC. Classificação: 06/169/2646

⁴ Não encontrei nenhum tipo de registro que comprove a condição de arrendatários dos moradores da localidade de Candéal, uso apenas as informações cedidas pelos/as moradores/as nas entrevistas realizadas.

O coronel Antônio Alves era filho legítimo de Rita Maria de Freitas e do capitão Francisco Alves de Borja que aparece na documentação notarial existente no acervo do projeto Cativos às Portas do Sertão⁵, efetuando compras, vendas, hipotecando escravizados nos arredores da freguesia de Humildes, de onde a família é natural. Antônio Alves era também informante do Jornal Folha do Norte nas primeiras décadas no século XX, e é constantemente citado em processos crimes enquanto mandante de invasão de propriedades e derrubamento de cercas no distrito de São José das Itapororocas.⁶

Analizamos três inventários de proprietários/as da Fazenda Candeal no século XIX. O primeiro, em decorrência da morte do capitão José Vitório de Oliveira, ocorrida no ano de 1854⁷, nos permitiu identificar os/as escravizados/as da Fazenda que eram 25, sendo 15 homens e 10 mulheres. Dado nada comparável aos números de escravizados/as dos engenhos do Recôncavo da Bahia. Como no caso do Engenho Pitinga, citado por Fraga (2006: 34), no período de 1870 a 1887, onde o número de cativos era de 60 homens e 67 mulheres.

Na Fazenda Candeal, dos quinze cativos do sexo masculino apenas Manoel do Sul “já velho quebrado das virilhas” trabalhava no serviço doméstico, os demais se dividiam entre os serviços da rapa e da enxada. No inventário não aparece informação sobre a cor deste cativo, o termo *do Sul* pode denotar um pertencimento étnico desconhecido vinculado a alguma região ao Sul da Província ou mesmo do continente africano, esta ausência pode ainda demonstrar uma falta de interesse do avaliador em indicar esse pertencimento ou a cor do cativo, qualidades que interessavam quando o escravizado ainda era um bem comercializável, não parecendo ser este o caso⁸.

A ausência de escravizados/as de etnias africanas talvez se deva ao fato de em 1854 já se ter efetivamente extinto o tráfico transatlântico, além de se tratar de uma fazenda de pequeno porte, onde não demandava uma grande quantidade de cativos. A fim de facilitar a visualização, apresento abaixo uma tabela com os escravizados do

⁵Trato do projeto do CEDOC/UEFS que consistiu em digitalizar o acervo notarial da cidade para o período de 1830 a 1885. Para visualizá-lo, consultar: <http://aquarios.uefs.br:8081/cativosdosertao/1856a1860p1.html>.

⁶Para ver sobre os processos crimes nos quais Antônio Alves é citado ver: Alves, Chintamani Santana. Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920. Dissertação de Mestrado em História, UEFS – Feira de Santana, 2013, especialmente no capítulo 03.

⁷ Inventário de José Vitório de Oliveira a Maria Alvina de Oliveira. Datado entre 1854 e 1878, 112 páginas. APEB. Classificação: 1/192/336/05.

⁸ Podendo ser esta denominação referente à sua origem do sul da província, do país, ou mesmo do sul da África.

sexo masculino na fazenda neste inventário e trago informações sobre sua cor/origem, tipo de serviço, valor e observações existentes acerca do cativo no inventário.

Dentre os cativos menores de 10 anos do sexo masculino constavam *Francisco cabrinha* de 4 anos, avaliado em 100 mil réis, preço equivalente apenas ao escravo mais velho da fazenda. Porém os outros dois - *Martins pardinho* de 09 anos e *Manoel cabrinha* de 06 anos - estavam avaliados, em 750 mil réis e em 500 mil réis, respectivamente, demonstrando uma relação entre a aproximação da idade produtiva e o aumento do preço. Como são os casos de *Vicente pardinho* e *Vidal cabrinha*, avaliados em 800 mil e 700 mil réis, respectivamente, de idades não informadas, mas o uso de termos no diminutivo demonstram a pouca idade dos dois que já possuíam ocupação. Vicente dedicava-se a enxada e Vidal dedicava-se ao serviço da rapa.

Cabe destacar ainda o cativo Faustino *cabra*, que mesmo com a idade de 45 anos e estando *de moléstia* foi avaliado na quantia de 600 mil réis, o que demonstra a importância do seu ofício, sapateiro, naquele contexto. O ofício era predominante na escravidão urbana, comum aos chamados “escravos de ganho”, que poderia ser a função deste cativo. A atividade por ele exercida deveria ser, inclusive, uma fonte de lucros para o seu proprietário, pois a depender do tipo de sapato que este era especializado em produzir, o lucro gerado era muito grande. Ao analisar a escravidão no Rio de Janeiro e em Havana, Santos (2009, p.01) nos apresenta um anúncio de jornal no qual aparecem ofertados o aluguel de um escravizado sapateiro que “além ser livre de vícios, era especializado em sapatos femininos”, o valor anunciado pelo aluguel era de 12 pesos cubanos mensais. Essas informações demonstram a importância do serviço de sapateiro naquele contexto.

Dedicavam-se aos serviços “*da rapa*” na fazenda ao todo seis cativos: *Vidal cabrinha* acima citado; *Benedicto* de 30 anos, *Thomas* e *Manoel Paulo* cujas idades não aparecem, ambos crioulos, avaliados em 700 mil réis cada. Além de *Silvestre*, *cabra* de idade não informada e *Leandro crioulinho* de 14 anos, avaliados em 800 mil réis. Assim, pode-se inferir que os escravizados/as dedicados ao serviço “*da rapa*” eram majoritariamente homens, posto que apenas uma mulher dedicava-se a este.

Observa-se, na análise das informações acerca dos seis cativos do sexo masculino dedicados ao serviço - embora apenas apareça a idade de dois deles - que este serviço era delegado preferencialmente a escravizados/as mais moços. Assim,

possivelmente “*a rapa*” referida no inventário é a raspagem do couro do gado.⁹ Este era provavelmente um trabalho valorizado nas regiões de policultura, posto que o valor dos escravizados/as dedicados a este serviço variava de 700 a 800 mil réis, mesmo no caso da única mulher dedicada a tal serviço que estava avaliada em 700 mil réis.

Ainda sobre os cativos do sexo masculino, quatro deles dedicavam-se ao serviço da enxada. *Leandro crioulinho* cuja idade não aparece, avaliado em 800 mil réis; *Necácio crioulo* de 40 anos, avaliado em 450 mil réis; *Silvestre cabra*, de idade não indicada, avaliado em 800 mil réis; *Marcolino cabra* cuja idade não aparece, avaliado em 500 mil réis e *Benedicto crioulo* de 30 anos, avaliado em 700 mil réis. Neste serviço aparecem apenas homens entre 30 e 40 anos e com valores que variam entre 500 mil réis e 800 mil réis.

As mulheres eram, em sua maioria, dedicadas aos serviços domésticos, *Vicência cabra*, já velha, avaliada em 300 mil réis e *Francisca crioula* de 40 e tantos anos, avaliada em 400 mil réis, além das duas únicas mulatas da fazenda, *Justina* de 14 anos, avaliada em 900 mil réis, a escravizada mais cara da fazenda e também mais jovem, e *Maria* de 30 anos, avaliada em 650 mil réis, que valia mais que o único escravizado especializado da fazenda, *Faustino cabra*, que era sapateiro. Havia ainda, *Apolinária cabra* “*um pouco velha*”, dedicada à lavoura, avaliada em 450 mil réis e *Rita cabra*, dedicada ao serviço “*da rapa*”¹⁰ avaliada em 700 mil réis, cuja idade não é mencionada. Existiam na fazenda três cativas crianças: *Vicência filha*¹¹ de 4 anos, cuja cor não aparece, avaliada em 350 réis; *Honorata crioula* de 3 anos avaliada também em 350 mil réis; e *Maria cabrinha* de 8 anos, avaliada em 630 mil réis.

O inventário faz referência ainda a 11 senzalas cobertas de telhas avaliadas em 165 mil réis, que pelo número de cativos, 25, indicam a possível existência de famílias escravas na fazenda¹². A presença significativa de crianças cativas, nascidas na fazenda (cabras, crioulas e pardas), juntamente com esse padrão de senzalas individuais é demonstrativo de uma forma de reposição de mão-de-obra presente em locais produtores de gêneros alimentícios, com uma economia não voltada para exportação, o

⁹ O inventário refere-se a cabeças de gado, de quantidade ilegível.

¹⁰ O serviço “*da rapa*” nas fazendas de policultura do sertão baiano era caracterizado ou pela raspagem da mandioca, serviço que não exige grande força física ou da raspagem do couro do gado, este exige mais força.

¹¹ Possível filha da escrava *Vicência* mais velha. Nesse inventário é mais difícil a identificação da filiação dos escravos/as, fato que torna-se comum após a instituição da matrícula obrigatória de cativos.

¹² Cabe citar o pioneirismo do historiador Robert Slenes ao dissertar sobre a família escrava em sua obra *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Brasil Sudeste, Século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

que não impede de entendermos isso também como uma conquista escrava.¹³ A análise desse inventário permite-nos esquadriñar um perfil da Fazenda à época, enquadrada no que Freire defende como tipo de propriedade predominante na região de Feira de Santana, baseada na policultura e na criação de gado, sustentadas com o trabalho escravo.¹⁴

O segundo inventário analisado¹⁵, devido a sua pouca legibilidade, me forneceu poucas informações, nenhuma delas acerca dos escravos da fazenda. Nele, João Justiniano Ferreira Bastos reconheceu ter tido quatro filhos com Maria Alvina de Oliveira, duas falecidas e Elvira e Filintho¹⁶. Deixou a quantia de quinhentos mil réis para ser dada a Honório Ferreira Bastos, filho de Filismina de tal, entregue em caso de sua maioridade apenas por seu testamenteiro ou inventariante, apenas se este demonstrasse de sua “*boa índole*”, caso contrário essa quantia seria dada aos seus dois filhos Elvira e Filintho ou suas descendências. O sobrenome de Honório indica a possibilidade de ser este um filho natural de Justiniano.

Partimos então ao terceiro inventário de morte de Elvira Bastos de Oliveira Borja¹⁷, filha de Maria Alvina de Oliveira e João Justiniano Ferreira Bastos. Elvira casou-se com Antônio Alves de Freitas Borja, tendo com ele três filhos: Hilda, Esther e Antônio. A fazenda contava com apenas 7 escravos¹⁸: *Thomas preto*, 55 anos, avaliado em 250 mil réis, capaz de todo serviço, da lavoura; *Manoel Paulo preto*, 50 anos, avaliado em 300 mil réis; *Fernando preto*, avaliado em 900 mil réis; *Epifanio fulo*, avaliado em 900 mil réis; *Veridiana fula*, 11 anos, capaz de todo serviço, da lavoura, avaliada em 700 mil réis, filha de Justina, escrava de outro domínio; *Avelina fula*, 11 anos, avaliada em 700 mil réis, da lavoura, filha de *Faustina*, escrava de outro domínio; *Julita fula* avaliada em 700 mil réis. É possível verificar que os escravos Thomas e Manoel Paulo, permanecem na Fazenda, agora já velhos, com 55 e 50 anos respectivamente. Ambos têm seu preço reduzido de 700 mil réis para 250 e 300

¹³ A esse respeito ver Sharyse Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. Pp.46-49. Ver também SLENES, op. Cit., pp.197-200.

¹⁴ FREIRE, Op. Cit.

¹⁵ Inventário de João Justiniano Ferreira Bastos a Quiteria Florescia dos Anjos, 1863/1878 – 290 folhas (incompleto). APEB. Classificação: 08/3421/01

¹⁶ Possivelmente o proeminente Desembargador Filinto Bastos.

¹⁷ Inventário de Elvira Bastos de Oliveira Borja a Antônio Alves de Freitas Borja. Período: 1882 – 26 páginas. APEB. Classificação: 01/238/440/08.

¹⁸ As informações sobre os/as escravos Thomaz, Manuel Paulo, Veridiana e Avelina constam da matrícula de escravos feita por Antônio Alves em 02 de agosto de 1872. O inventário estava pouco legível, não consegui identificar aspectos mais específicos destes/as escravos no inventário, mas verifiquei que estes/as permaneciam enquanto escravizados/as até aquele momento. Assim a referência à idade destes/as é do ano de 1872 e não de 1882.

respectivamente, mudam da categoria *crioulo* para a categoria *preto* e mudam de serviam, antes dedicavam-se a *rapa* agora dedicam-se a *lavoura*, sendo Thomas, caracterizado enquanto capaz de qualquer serviço.

Pode-se perceber o decréscimo no número de escravizados entre o primeiro e o terceiro inventário, possivelmente ocasionado pela partilha da herança entre os herdeiros, ou mesmo pela formação do quilombo ao qual se referem os/as moradores/as da região. Investiguei em registros de compra e venda de escravizados/as os nomes dos escravizados da Fazenda Candéal em todo o período e não identifiquei nenhum, o que fortalece a hipótese da existência do quilombo.¹⁹ Esta diminuição pode ser associada, ainda, a inúmeros fatores como: as constantes secas enfrentadas pela região; o tráfico interprovincial; as leis abolicionistas iniciadas em 1845 que passam a abrir possibilidades de liberdade pelas vias oficiais aos escravizados/as.

Trajetórias de egressas do cativeiro na Fazenda Candéal

“Teve escravo sim, que os filhos dele eram todos com as escravas”

(Sr. João Miúdo, 26/11/2011)

O último inventário do senhor Antônio Alves de Freitas Borja, famoso coronel, presente na memória de moradores/as enquanto temido proprietário das terras da Fazenda Candéal, nos revela trajetórias de suas ex-cativas, arroladas no inventário, que segundo nos informou o Senhor João Miúdo foram as mulheres com as quais o coronel Antônio Alves teve seus filhos. A informação dada pelo Sr. João Miúdo serviu-me de guia para a busca de maiores informações sobre isso, e ao encontrar o testamento de Antônio Alves obtive a confirmação da informação oferecida pelo entrevistado. Conforme demonstra o trecho abaixo do testamento:

¹⁹ Ainda foi possível realizar uma investigação mais pormenorizada acerca da existência do quilombo da Matinha, até o momento não foram encontrados registros acerca da existência do quilombo, mas pretendo realizá-la até o fim deste trabalho.

Declaro que sou filho legítimo de Francisco Alves de Borja e Rita Maria de Freitas, já falecidos, e natural da freguesia de Nossa Senhora dos Humildes, neste Estado da Bahia.

Declaro que fui casado com Elvira Bastos de Freitas Borja, tendo do meu casamento Hilda, que faleceu em tenra idade, Esther, que foi casada com Dr. Agnello Ribeiro de Macedo e faleceu deixando vários filhos e Dr. Antonio Bastos de Freitas Borja, professor cathedrático da Faculdade de Medicina da cidade de Salvador, da Bahia.

Declaro que já reconheci como meus filhos havidos de Avelina Maria de Jesus – Lúcia Alves Freitas Rego, casada com Francisco Affonso do Rego, Davina Alves Campos, casada com Euriculo Alves Campos, Andreлина, casada com Urbano Vieira, Mario Alves de Freitas, Iderlina Alves de Freitas casada com Tiburcio Nunes de Almeida, ambos já falecidos deixando três filhos e Francisco Alves de Freitas.

Declaro mais que na forma do Art. 357 do Código Civil Brasileiro, reconheço como meus filhos, havidos de Veridiana Bastos de Oliveira, mulher solteira, Romualdo Alves de Freitas, Aureliano Alves de Freitas, Erico Alves de Freitas, José Alves de Freitas, Faustina Alves de Freitas, Maria Jonas Alves de Freitas e Joanna Alves de Freitas e havidos de Julita Maria de Jesus, também solteira, Affonso Alves de Freitas, Arthur Alves de Freitas, Lucilo Alves de Freitas, Rosa Alves de Freitas, Francisca Alves de Freitas e Paula Alves de Freitas.

Portanto verificamos aqui que os nomes das três mulheres com as quais ele afirma ter tido seus 18 filhos naturais são os mesmos nomes das três cativas que aparecem no inventário de 1882: Veridiana, Avelina e Julita. Os *indícios* que me levaram a encontrar este documento foram os da memória do Sr. João Miúdo, já falecido, e que à época da entrevista tinha 94 anos. Esse cruzamento entre a fonte oral e a fonte escrita possibilitou-me percorrer aspectos importantes das trajetórias de vida destas três mulheres e mesmo do imponente e temido Coronel Antônio Alves.

Em relação aos sobrenomes presentes no testamento, chama a atenção o fato de nenhuma das mulheres com quem teve filhos ter recebido o sobrenome do senhor e pai dos filhos na passagem da escravidão para liberdade, algo que era bastante comum em diferentes contextos escravistas no Brasil, a adoção do sobrenome senhorial. Neste caso, por terem filhos com o ex-senhor, talvez a adoção do sobrenome senhorial insinuasse um comprometimento que o coronel Antônio Alves de Freitas Borja não queria. Entretanto, o mesmo não ocorreu no caso do reconhecimento da paternidade, pois todos/as seus filhos e suas filhas naturais herdaram dois de seus sobrenomes: Alves de Freitas.

No testamento, o reconhecimento da paternidade parece ter sido acompanhado de uma preocupação de Antônio Alves em mostrar que havia encaminhado os seus

filhos. O que é perceptível na demonstração dos casamentos dos mesmos, ao invés de uniões consensuais, comuns nas classes baixas e, principalmente, no meio rural.

Francisco Affonso do Rêgo, marido de Lúcia, filha de Antônio Alves com Avelina Maria de Jesus comumente aparece em querelas por terras na região da Matinha. Exemplo disso é o caso do evento analisado por Alves (2013, p. 164) em que ele é citado em um processo crime como envolvido numa derrubada de cercas e destruição de lavoura do senhor Joaquim Bento Ferreira na localidade de Jacú a mando do seu padrinho e sogro, o coronel Antônio Alves (p.165).

Sobre Francisco Affonso Alves, no ano de 1915, nos declara: “Francisco Affonso do Rego, com 34 anos, casado, negociante, nascido na freguesia de Santa Barbara, e várias vezes citado pelas testemunhas, era também autoridade policial no distrito.” (ALVES, 166-167). O que demonstra a influência deste e ratifica a importância de Antônio Alves declarar em seu testamento o “bom” casamento da sua filha Lúcia. Francisco Affonso, nos parece figura frequente em ações judiciais, pois ele foi identificado como contestante da propriedade de Francisco Alves de Freitas, filho de Antônio Alves com Avelina, a mãe da sua esposa.

Trata-se de uma ação de usucapião²⁰ em que Francisco Alves de Freitas e sua esposa Maria Vieira de Freitas, entre 1943 e 1945, solicitam a posse legal da propriedade “Rancho Alegre”, de 200 tarefas de terra, adquiridas por ele com o consentimento do seu pai, o tenente-coronel Antônio Alves, quando Francisco ainda era um rapaz, residindo ali há mais de trinta anos. São testemunhas na ação Martiniano Pereira; Firmino Marques Cerqueira; Francisco Afonso do Rego, casado com Lúcia Alves Freitas Rego, também filha de Antônio Alves com Avelina Maria de Jesus e Artur Alves de Freitas, filho de Antônio Alves com Julita Maria de Jesus. O contestante oficial é Elmino de Borja Macedo, irmão de Agnelo Ribeiro de Macedo, para quem segundo os contestantes as terras foram vendidas pelos herdeiros legítimos de Antônio Alves.

Ao serem ouvidos, os contestantes afirmaram que as terras de Antônio Alves, cujo testamento data de 1920, foram deixadas para os seus herdeiros legítimos e que os filhos *ilegítimos*²¹ teriam recebido sua parte em dinheiro e Francisco já havia recebido

²⁰ Processo cível: Ação de Usucapião. Parte 02: Francisco Alves de Freitas e Maria Vieira de Freitas. CEDOC/UEFS. Localização: E: 03/Cx: 72/ Doc:859

²¹ Termo usado pelos contestantes para referir-se aos filhos naturais de Antônio Alves.

sua parte conforme consta em inventário de Antônio Alves²². Afirmaram ainda que Francisco trabalhara na fazenda na condição de vaqueiro, porém as partes acabam por desistir da ação por conta, segundo eles, da demora na sua conclusão.

Segundo a memória dos moradores, Francisco Afonso e Arthur Alves eram os proprietários da fazenda Candeal após o falecimento do coronel Antônio Alves, conforme trecho de entrevista do Sr. João Miúdo:

Então o que disse que era dono, chama Noel, que não morreu ainda, Noel era dono também, quer dizer que esse terreno aqui é do coronel Antônio Alves, mas a gente não tava... Porque os filhos de Antônio Alves, esses filhos que ele tem aí nenhum herdou nada de Antônio Alves não, o terreno era de dois filhos que Antônio Alves tinha, (...) Estudou em Salvador. Esses dois filhos. Eles chamavam que eram filhos do casal. Era filho do casal, era dono do terreno todo, esses outros que diz que tinha terreno aqui, só foi Chico... Era Chico e Arthur, esses compraram, pra ter o terreno, compraram. Que era o marido de Lúcia, Chico era o marido de Lucia, que Lucia é que era a filha.

A divisão das terras da Fazenda Candeal pelo coronel Antônio Alves entre seus filhos, bem como a venda de algumas porções desta terra, que conforme trata a ação de usucapião acima citada possuía em torno de 3 mil tarefas, além da possibilidade de permanência de egressos/as do cativeiro nas terras da Fazenda, podem ter sido o primeiro aspecto de configuração do *campesinato negro* na região no pós-abolição.

Alguns/mas moradores/as creditam a formação do atual povoado ao quilombo histórico nas terras da Fazenda Candeal, que por serem tão extensas permitiam que os/as escravizados/as fugidos/as ficassem escondidos dentro da sua propriedade em mata cerrada e pequena, daí o nome Matinha. Outros creditam a formação da comunidade à fundação do cruzeiro, na década de 1920, memória recorrente na fala dos moradores. Sobre este tema, nos deteremos com mais detalhes logo adiante. Entendemos então que do quilombo histórico, surge o nome da localidade e do cruzeiro surge a atual sede da comunidade e do distrito de Matinha.

Os registros do judiciário fazem referência à localidade de Matinha em 1924 - registro do arrolamento em decorrência da morte de Joanna Pereira das Virgens, casada com Macário Pereira de Almeida, e que deixa a sua posse de terra para este e seus filhos -, o Sr. Macário aparece na memória de alguns moradores enquanto um dos doadores das terras para a fundação da atual sede do distrito de Matinha. Aparece ainda nos

²² Infelizmente ainda não encontramos o inventário post-mortem de Antônio Alves de Freitas Borja.

registros judiciais a informação de que o Sr. Antônio Marinho Ferreira morava, no ano de 1903, em sua fazenda denominada Matinha.

As disputas em torno da memória da fundação da comunidade se dão de diversas maneiras. Enquanto jovens militantes, como Guda,²³ buscam enfatizar o passado escravista a fim de obter acesso aos direitos pertinentes aos moradores de comunidades remanescentes de quilombos, os mais velhos, que vêm na posse da terra a liberdade, buscam enfatizar o conflito havido na década de 1960 com Manoel Portugal, testamenteiro de Antônio Alves em 1920, que resultou na morte de um morador, o Sr. Joaquim Pereira dos Santos, a fim de demonstrar que a luta deles, que como afirma Sr. João Miúdo: *“eu não lembro de historia nenhuma da Matinha. A história era trabalhar e colher, trabalhar e colher, feijão, milho, mandioca...a lavoura da gente.”*²⁴.

A afirmação do entrevistado acima, deixa explícito que para ele não há necessidade de recorrer à memória da escravidão, pois a liberdade era a posse de terra sem a necessidade de pagar arrendamento a Arthur Alves, filho de Antônio Alves e herdeiro de grande parte das terras em que os moradores da comunidade de Candeal hoje residem. Portanto, o conflito gerou o direito à posse da terra definitiva pelos moradores da região, através da luta sindical. Logo, para eles já não tem sentido um reconhecimento enquanto quilombo, posto que eles já têm garantida a posse da terra.

Este texto buscou contribuir para a história das populações negras em Feira de Santana, através da busca da visibilidade da memória dos/as moradores/as das localidades de Candeal e Matinha. As entrevistas com membros destas duas comunidades permitiram analisar aspectos da memória coletiva local que relacionam a formação da comunidade com o período da escravidão, a partir da resistência a esta com a formação do quilombo “Matinha dos Pretos”. Estas, junto à leitura de bibliografia já existente sobre a localidade, foram fundamentais para que ao buscar as informações sobre a comunidade nos arquivos do Judiciário e nos periódicos, tivéssemos perguntas a fazer a esta documentação. Perguntas, que em sua maioria não foram respondidas, mas que serviram para construir um caminho teórico-metodológico no trato com as fontes sobre o tema e que levaram a outros caminhos, que pretendo percorrer em pesquisa futura.

²³ Op. Cit.

²⁴ Tal afirmação reforça ainda o que foi analisado por Hebe Mattos (2005, op.cit.) ao afirmar que quando refere-se ao pós-emancipação, enfatiza-se, na fala dos entrevistados, as esferas do trabalho e da política como elementos de continuidade e permanência entre os dois tempos, o do cativo e o da liberdade.

Foi possível perceber as complexidades em torno da formação da memória da comunidade de Matinha que, conforme o cruzamento de fontes tem diferentes “marcos históricos” fundamentais para a sua formação. Assim, infere-se que a comunidade da Matinha contemporânea pode não ter vínculo com o quilombo histórico, o que não significa dizer que não possa ser vista como uma comunidade quilombola em sua conceituação atual. Mas, que as evidentes disputas em torno da memória da localidade denotam a maneira como se dá a apropriação do passado da comunidade por parte dos/as moradores/as a partir de variantes como faixa etária, relação com a propriedade da terra, interesse religioso, etc..

Iniciamos aqui uma busca, ainda que árdua e tardia, da memória acerca da escravidão na Fazenda Candéal, a partir da análise, às vezes superficial (devido à dificuldade de encontrar fontes), das características do trabalho escravo empreendido na fazenda e dos laços familiares estabelecidos entre os pertencentes ao contexto da Fazenda Candéal de ontem, com os atores sociais das atuais comunidades de Matinha e Candéal.

Assim, buscamos percorrer - através de diferentes tipologias documentais e guiadas pela memória de moradores/as da região - os diversos caminhos que levaram à formação da atual Matinha. Nessa busca, exploramos aspectos do cotidiano escravista da Fazenda Candéal e das trajetórias de vida de egressos/as do cativeiro na região, visando contribuir para a historiografia da escravidão e das populações descendentes dos/as escravizados/as em Feira de Santana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes Orais:** Histórias Dentro da História, p.170. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas – São Paulo: Contexto, 2005.
- AMARAL, _____. **Um pé calçado, outro no chão:** liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: Edufba; Aracaju: Diário Oficial, 2012.
- ANDRADE, Celeste M^a P. **Origens do povoamento de Feira de Santana:** um estudo de história colonial. Dissertação de Mestrado em História, UFBA – Salvador, 1990.
- ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra:** conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920. Dissertação de Mestrado em História, UEFS – Feira de Santana, 2013.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros.** - Salvador: Centro Editorial da UFBA, 1989.



- _____, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira. **Sujeitos no imaginário acadêmico:** escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, Campinas, SP, UNICAMP/IFCH, v.14, n. 26, p. 15-45, 2009.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.
- FREIRE, Luiz Cléber Moraes. **Nem Tanto a Terra, Nem tanto ao Mar:** terra, gado e escravidão no Vale do Jacuípe (1833 – 1888). Feira de Santana, BA. UEFS Editora, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** SP, Cia das Letras, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas:** Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. - Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HAMPATÊ BÂ, Amadou *A tradição viva.* In: KI-ZERBO. Joseph (org.). **História geral da África, I:** Metodologia e pré-história da África – 2ª ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- JESUS, Yves Samara Santana de. **Batismo de Africanos na Freguesia de São José das Itapororocas** – Feira de Santana, 1785 -1826. TCC em Lic. em História, UEFS, Feira de Santana/BA, 2010.
- _____, **Família Escrava na Freguesia de São José das Itapororocas, 1785-1826.** Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, UNEB, Santo Antônio de Jesus. 2015.
- JOUTARD, Philipe. **Reconciliar História e Memória?** In: Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.14, nº 23, p. 205-212, jan/jun, 2005.
- LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista:** o Lucas da Feira estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
- MACHADO, Maria Helena P. Toledo. **Em Torno da Autonomia Escrava:** Uma Nova Direção para a História Social da Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 8, nº 16, mar/88-ago/88, 1988, pp. 143-160.
- NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do. **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos-BA.** Tese de Doutorado, USP, Ribeirão Preto/ São Paulo, 1997.
- NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **E as mulheres da Terra de Lucas?** Quotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888). TCC em Lic. em História, UEFS, Feira de Santana/BA, 2009.

_____, **Viver por Si:** histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). Dissertação de mestrado em História, Salvador, BA: UFBA, 2012.

_____, Rosy de. **O Barulho da Terra: Nem Kalunga Nem Camponês.** Tese de Doutorado em Antropologia Cultural. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana.** Bahia: Editora Itapuã – Coleção Baiana, 1968.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). (1996). **Liberdade por um fio.** Histórias dos quilombos no Brasil. - São Paulo: Cia. das Letras.

_____, João José & SILVA, Eduardo.(1989). **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. - São Paulo: Cia. das Letras.

_____, João José. **Ameaça Negra:** Escravos fugidos assombravam a Colônia e inspiraram lendas que a História não confirma. 14/06/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ameaca-negra>. Acessado em: 09/01/2013.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativeiro:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** SPP. EDUSC, 2001.

SENTO SÉ, Frederico Nascimento. **Memórias da Matinha.** TCC em Licenciatura em História, UEFS, Feira de Santana/ BA, 2009.

SILVA, Mayara Plácido. **“Resoluta e prompta”** – Experiências de mulheres pobres em Feira de Santana (1900-1920). TCC de Licenciatura em História. UEFS, Feira de Santana/BA, 2009.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação de Mestrado em História. UEFS, Feira de Santana/BA, 2012.

SLENES, Robert Wayne Andrew. “Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: **Revista Brasileira De História.** São Paulo, v. 5, n. 10, 1985.

_____, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor:** Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Elane Bastos. **Terra, Território, Quilombo:** à luz do povoado Matinha dos Pretos – BA. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador, UFBA, 2011.



THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: história oral. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO. Joseph (org.). **História Geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África – 2ª ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Cafundó: **A África no Brasil**: Linguagem e Sociedade. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.